

NO PRÓXIMO NÚMERO:

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA CÂMARA DE LOULÉ,
ACERCA DE PROBLEMAS DE
FLAGRANTE ACTUALIDADE

(Avonca)

A Voz de Loulé

QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXII 7-1-76
(Preço avulso 3\$50) N.º 576

Delegação em Lisboa
R. Passos Manuel, 102-5.º-Dt.
Telef. 56 27 59

Composto e Impresso
GRAFICA EDITORA
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRAFICA LOULETANA
Rua da Carreira
Telef. 6 25 36 LOULÉ

ANO VELHO...
ANO NOVO...



deseja-se que a união e a fraternidade existam entre os homens, e todavia, estes capricham em fazer exactamente o contrário.
(continua na pág. 6)

O que é um pequeno e médio agricultor?

Tem provocado certa celeuma o critério do que se possa entender por pequeno e médio agricultor, sobretudo porque a definição de tal critério dependeria a quantidade máxima de adubo a adquirir pelos beneficiários: pequenos e médios agricultores e
(continua na pág. 4)



TOLERÂNCIA PRECISA-SE

«E seja-me permitido ir um pouco mais longe, e esperar, para todos nós, que essa tolerância, de que tanto carecemos, seja não apenas o resultado de uma reflexão convencional, de um não julgarmos mal os outros, mas sim fruto de um bem querer generalizado entre as gentes desta velha família lusitana.

Animado dessa esperança, deixo a todos os portugueses, onde quer que eles se encontrem, que o Natal lhes traga a paz e a confiança, que os homens tão mais facilmente encontram quanto mais livres, justos e verdadeiros procuram ser».

COSTA GOMES
(Mensagem de Natal/75)

PINHEIRO DE AZEVEDO EM QUARTEIRA

Longo vai o tempo — e felizmente que assim é — em que um primeiro-ministro português, quando saía do seu gabinete no Palácio de São Bento, era seguido por um batahão de pessoas: polícias, jornalistas, guarda-costas, fotógrafos, etc. Actualmente — e como símbolo do novo ambiente político em que o País vive —, nós podemos encontrar, sem ser rodeados pelo conhecido formalismo oficial, personalidades políticas cujos nomes andam de boca em boca. Sirva de exemplo o que aconteceu no passado dia 28 de Dezembro, em Quarteira, onde as pessoas que entraram, para almoçar ou beber a «bica», no café-restaurante «Isidoro», puderam reconhecer o almirante Pinheiro de Azevedo, primeiro-ministro do VI Governo, que calmamente almoçava acompanhado de seus familiares.

Como curiosidade, acrescenta-se que Pinheiro de Azevedo, ao abandonar o restaurante (e de-

pois de ter sido presenteado pelo proprietário da casa, sr. Isidoro, com alguns dos melhores vi-

(continua na pág. 5)

O Socialismo possível

«Não há socialismo possível sem uma adesão democrática do povo ao socialismo e ao modelo que lhe fôr proposto. A Revolução socialista é do povo, tem de ser do povo e não de vanguardas, ou de grupos mais ou menos burgueses de intelectuais com marinheiros à mistura, para disfarçar o zarpe. Toda essa roupagem de comissões «Tralala» e falso poder popular é para acabar com o poder popular. Porque o poder do povo, a democracia do povo não se disfarça por caminhos meios, não é apartidária, porque apartidários só são os parvos ou aqueles que nada querem, nada amam e nada preferem».

F. S. T.

QUESTÃO AGRÁRIA

RIO MAIOR. Depois de um número (25: de Abril, de Novembro), é um «rio» que toma o valor de um símbolo — símbolo de uma tomada de consciência, de um assomo de dignidade, de um povo que se levanta para tomar a palavra que nunca lhe deram e ocupar o lugar que sem-

pre lhe pertenceu. Um «rio» que tem o nome de «MAIOR», e merece-o, porque a ele vão desa-

(continua na pág. 5)

O MINISTRO Almeida e Costa esteve no Algarve

Deslocou-se há dias a Faro, o Ministro da Administração Interna, comandante Vasco Almeida e Costa.

Aquele membro do Governo presidiu no Governo Civil do Distrito a uma sessão de trabalho com os presidentes das Comissões Administrativas das Câmaras Municipais, directores dos Serviços Municipalizados e director-delegado da Federação dos Municípios.

O objectivo principal da reunião foi a apreciação da situação financeira das Câmaras, respectivos Serviços e Federação, bem como o estudo das medidas a tomar com vista à resolução de diversos problemas com que se debatem aquelas entidades.

bro de 1976, trinta mil turistas escandinavos.

O citado contrato insere-se num

plano global de cooperação entre Portugal e a Suécia, não só

ao nível de Turismo, mas também

de comércio externo, e irá per-

mitir, durante o referido período,

(continua na pág. 5)

contrato insere-se num

plano global de cooperação entre

Portugal e a Suécia, não só

ao nível de Turismo, mas também

de comércio externo, e irá per-

mitir, durante o referido período,

(continua na pág. 5)

contrato insere-se num

plano global de cooperação entre

Portugal e a Suécia, não só

ao nível de Turismo, mas também

de comércio externo, e irá per-

mitir, durante o referido período,

(continua na pág. 5)

A REVOLUÇÃO FOI TRAIADA

(LER NA PAG. 4)

NOTA QUINZENAL

Quem maneja os «ordelinhos»?

Muitas vezes ouvimos dizer que o homem é um produto de meio em que vive — «sou simplesmente um produto / do meio em que fui criado», segundo os versos célebres de António Aleixo. Na realidade, existem inúmeros factores que condicionam o comportamento do indivíduo. Porém, independentemente das contingências exteriores, o homem age de acordo com a sua maneira de ser.

Já dizia Sto. Agostinho, no seu «Le Libro Arbitrium».
(Continua na pág. 7)

aconteceu há 50 anos

TEIXEIRA GOMES
abandonou a presidência da República

Aconteceu há meio século (completado exactamente no dia 11 de Dezembro/75) este facto pouco usual nos meandros do Poder: um presidente da República pediu a demissão do cargo para que havia sido eleito pelo Congresso. Esse presidente da República chamava-se Manuel Teixeira Gomes, algarvio ilustre (natural de Portimão), e escritor de renome.

M. Teixeira Gomes ocupou, durante pouco mais de dois anos, o cargo de maior responsabilidade política do País. Esse tempo, porém, foi mais do que suficiente para conhecer, além da justa admiração de muitos, os

ódios viscerais de alguns, a má-língua de outros — em suma, todo aquele ambiente, misto de
(continua na pág. 2)

A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM

Um slogan para aliciar as massas

A Revolução portuguesa tal como todas as outras, tem tido os seus slogans característicos para que determinadas correntes ideológicas alcancem os seus objectivos.

Os slogans da nossa revolução

foram todos soprados do Leste e têm, por isso mesmo, uma característica muito especial: vazias de sentido, mas de grande impacto perante os mais ingênuos e os menos cultos.
(continua na pág. 5)

ANTÓNIO J. C. AREZ, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ
1.º CARTÓRIO

*Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva*

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que por escritura de 17 do mês corrente, lavrada de fls. 99, v. a 103, v. do livro n.º B-86, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, o capital da firma António J. C. Arez, Lda., com sede nesta vila, que era de 10 000\$00, foi aumentado para 140 000\$00, tendo o aumento da importância de 130 000\$00, em dinheiro, sendo subscrito pelos únicos sócios António Joaquim Canhoto Arez e Amadeu Pedro da Cruz, na proporção, respectivamente, de 50 000\$ e 80 000\$00.

Pela mesma escritura foram unificadas, quanto a cada um dos sócios, as quotas primitivas com as provenientes do aumento, tendo o consócio António Joaquim Canhoto Arez, dividido a sua quota de 55 000\$, em três novas quotas, uma no montante de 25 000\$00, e cada uma das restantes no montante de 15 000\$00, as quais cedeu, respectivamente, a Joaquim da Silva, José Gonçalves Luís e João Manuel Ildefonso Cordeiro, renunciou à gerência, mas pelo que saiu da sociedade, autorizou que o seu nome continuasse a fazer parte da firma social.

Ainda pela mesma escritura foram nomeados gerentes os cessionários e foi substituído integralmente o primitivo pacto social, pelo seguinte:

Artigo primeiro — A sociedade continua a adoptar a firma «António J. C. Arez, Limitada», e tem a sua sede e estabelecimento na Praça da República, desta vila, freguesia de São Clemente;

Artigo segundo — O seu objecto consiste no exercício do comércio de mercearias, ou de qualquer outro ramo de negócio que os sócios resolvam explorar e que seja permitido por lei;

Artigo terceiro — A duração da sociedade continua a ser por tempo indeterminado, contando-se o seu início desde catorze de Abril de mil novecentos e trinta e dois, ou seja des-

de a data da sua constituição;

Artigo quarto — O capital social integralmente realizado em dinheiro e nos restantes valores constantes da respectiva escrituração é do montante de cento e quarenta mil escudos, e corresponde à soma das quotas dos sócios que são as seguintes:

Uma de oitenta e cinco mil escudos, pertencente ao sócio Amadeu Pedro da Cruz;

Uma de vinte e cinco mil escudos, pertencente ao sócio Joaquim da Silva;

Uma de quinze mil escudos, do sócio José Gonçalves Luís;

Outra de quinze mil escudos, do sócio João Manuel Ildefonso Cordeiro;

Artigo quinto — A cessão e divisão de quotas é livremente permitida entre os sócios; — a estranha fica dependente de prévio consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo;

Artigo sexto — 1. A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a todos os sócios, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral;

2. Para obrigar validamente a sociedade é suficiente: ou a assinatura do sócio Amadeu Pedro da Cruz; ou a de dois outros sócios, devendo neste caso, uma delas ser sempre a do sócio Joaquim da Silva;

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios da sociedade, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semeihantes;

Artigo sétimo — As assembleias Gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência de oito dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 20 de Dezembro de 1975.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

«A Voz de Loulé» n.º 576/7-1-76

«A Voz de Loulé» n.º 576/7-1-76

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA DE LOULÉ

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

No dia 5 de Fevereiro de 1976, pelas 15 horas, no Tribunal Judicial desta comarca de Loulé, nos autos de execução por custas n.º 88-A/74 que correm termos pela 1.ª secção, em que é exequente o Ministério Público e executado Paul Stroch, casado segundo o regime de separação absoluta de bens, comerciante, residente em Lourentzenstrasse, 7, Alemanha Ocidental, há-de ser posto em praça pela 1.ª vez, para ser arrematado ao maior lance oferecido acima do valor que adiante se indica, um prédio rústico composto de terra arenosa com árvores, no sítio do Almargem, freguesia de Quarteira, do concelho de Loulé, descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé sob o n.º 32 624 e inscrito na respectiva matriz sob o art.º 1 215, que foi penhorado àquele executado e do qual é depositário João da Silva, casado, proprietário, residente em Loulé. Vai à praça no valor de 15 480\$00.

Loulé, 11 de Dezembro de 1975.

O Juiz de Direito, 1.º subt.
(a) Miguel Teixeira Ribeiro

O Escrivão de Direito,
(a) João do Carmo Semedo

«A Voz de Loulé» n.º 576/7-1-76

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ
Proc. 42/75

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Na acção ordinária de divórcio que, na 2.ª Secção deste Tribunal, Maria Pedro Viegas, doméstica, residente na Ponte da Tor, Querença, Loulé, move contra MANUEL MARTINS VEIGA, ausente em parte incerta e que residiu na Castelhana, Querença, Loulé, é este réu citado para, no prazo de 20 dias, que começa a correr 30 dias a contar da 2.ª publicação deste anúncio, contestar o pedido de divórcio feito pela autora com os fundamentos constantes da respectiva petição inicial, cujo duplicado será entregue ao réu.

Loulé, 20 de Dezembro de 1975.

O Escrivão de Direito,

João Maria Martins
da Silva

Verifiquei: — O Juiz
de Direito,

Jorge Mourão Mendes Leão

TEIXEIRA GOMES

(Continuação da pág. 1)

glória e de insânia, que se respira nos «corredores» da política (e de politiquice).

Todavia, Teixeira Gomes não foi homem que se deixasse esmagar pela «máquina» política do seu tempo. Vendo como eram grandes as divergências (já nessa altura) entre os Partidos de tendências democráticas, que se degladiavam no País, e tendo a suficiente lucidez para compreender que só as forças de direita ganhavam com tal estado de coisas, Teixeira Gomes, depois de — em vão, — ter alertado os chefes políticos para a sua arriscada conduta, decidiu apresentar a sua demissão ao Congresso da República, por não querer ser o coveiro do País.

As advertências de Teixeira Gomes tinham inteira razão de ser: poucos meses depois de ter abandonado a presidência, as forças reaccionárias fizeram o golpe militar do «25 de Maio», que acabou por mergulhar o País numa ditadura que durou mais de 40 anos.

Como já havia acontecido a outros homens de envergadura (Afonso Costa, por exemplo) Manuel Teixeira Gomes conheceu então o exílio. Saudoso do Algarve, que tanto amou, dedicou-se então à sua obra, escrevendo algumas das melhores páginas da nossa Literatura: «Agosto Azul», «Maria Adelaide», «Regressos», «Novelas Eróticas», «Miscelânea», etc., testemunham um escritor de cravera excepcional, ainda hoje pleno de actualidade.

Falta ainda fazer (em Portimão, no Algarve e no País a consagração, mais do que merecida, de Manuel Teixeira Gomes, não só pela sua ação ao

serviço da Pátria, em época turbada, mas sobretudo pela sua estatura como homem que enriqueceu o nosso património literário.

Recordemos, para terminar, as palavras que Teixeira Gomes (cansado das lutas partidárias, dos caprichos e rivalidades de alguns políticos, que já então se preocupavam mais com as conhecidas «manobras» do que com a necessidade de resolução dos problemas concretos do País), recordemos as suas palavras, dizíamos, e que elas nos sirvam de aviso (enquanto é possível): — «Não há nada a fazer com esta gente! Volto a dizer-lhe, meu amigo: que o seu rapazinho não venha a ser político... Faça-o lavrador, ou engenheiro!»

Então, como agora, nada pior que a actuação irrealista, aventureira, de certos «políticos» que, à custa do povo, querem apenas alcançar os seus designios egoístas.

M. SEQUEIRA AFONSO

VENDE-SE

Terreno de semear com árvores de fruto, situado na Cruz de Galvão (Almancil).

Pequena parte duma quinta próximo de Grândola.

Tratar com Adélio Caetaño Alcaria — ALMANCIL.

GABINETE DO PLANEAMENTO

DA REGIÃO DO ALGARVE

AVISO

ADITAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA

«SANEAMENTO DE ALCANTARILHA E PERA. 3.ª FASE — CENTRAL ELEVATÓRIA — EQUIPAMENTO ELECTROMECÂNICO»

Para os fins convenientes se avisam os pretendentes interessados ao concurso de arrematação da empreitada dos trabalhos da obra em epígrafe, cujo acto público estava marcado para o próximo dia 9 de Janeiro de 1976 pelas 15 horas que o mesmo ficou adiado para o dia 17 de Fevereiro de 1976, à mesma hora no Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Praça da Liberdade — Faro.

Farol, 23 de Dezembro de 1975.

O DIRECTOR,
RUI M. PAULA, ARQT.º

CASA ALEIXO

de VITALIANO MARTINS ALEIXO

Aprecie o elevado stock recém-chegado

Surpreendentes objectos para brindes

de NATAL

Rua Ataíde de Oliveira, 9

Telefone 6 24 25

LOULÉ

Abriu em FARO

a Agência VICTOR

SERVIÇO DE FUNERAIS E TRANSLADAÇÕES

SERVIÇO INTERNACIONAL

Rua Aboim Ascensão, 11 e 11-B

A esquerda leviana

Condenar as medidas de austeridade adoptadas pelo Governo, face à falência da economia nacional, releva da facilidade típica da demagogia. Se essa condenação vem de um partido da esquerda, representado no Governo, estamos perante um facto estranho. Foi, no entanto, essa a condenação que o dirigente do PCP, Carlos Costa, ontem fez no Telejornal.

Ora, acontece que todos nós sabemos muito bem que o PCP tem graves responsabilidades na demolição da economia portuguesa, demolição que conduziu à necessidade das medidas agora tomadas. Os exemplos dessa acção abundam, bastando agora referir o estímulo de reivindicações irrealistas sempre e só quando delas era possível tirar dividendos políticos, apoio ao gonzalvismo nos seus aspectos demagógicos e populistas, boicote ao plano económico de Melo Antunes.

Sendo as condições políticas actuais bem diferentes das que tornaram possível o desenvolvimento de uma estratégia agressiva de rápida escalada na conquista de posições-chave nos principais sectores da vida do País, não se comprehende que o PCP continue obstinadamente a teimar na aposta da terra queimada. Diga-se de passagem que a direita não quer outra coisa e tentará aproveitar a oportunidade que lhe oferece esta esquerda leviana.

Vai sendo tempo de dizer que o PCP vem ocupando um lugar destacado neste intrincado xadrez político porque tanto o MFA como

Uma tarefa a cumprir

REDUZIR DRASTICAMENTE OS «AMIGOS DO ALHEIO»

Escreveu, já lá vão longos anos, o Padre António Vieira: «O primeiro ladrão que houve no mundo foi o primeiro homem. Deus condenou este primeiro ladrão a que comesse o seu pão com o suor do seu rosto; mas os ladrões que vieram depois roubaram e puderam tanto, que trocaram a sentença. Em lugar de comerem o seu pão com o suor do seu rosto, comeram o pão, que não é seu, com o suor do rosto alheio».

Ora, parece-nos que, sem embargo, as palavras do Padre António Vieira continuam muito actuais. Sobretudo no Algarve, onde ultimamente aumentaram os que «comem o pão que não é seu». Realmente, não nos lembramos de tantos roubos na Província algarvia como os que se verificaram em 1975.

Bancos assaltados (caso de Monte Gordo, por exemplo); ou-ivesarias roubadas (em Loulé, Portimão, Olhão, etc.); pessoas vigarizadas em plena via públi-

as forças políticas mais importantes assim o desejam. Mas o PCP terá que ajudar esse desejo e essa intenção. Não poderá, portanto, continuar a regatear apoio ao Governo de que faz parte e a recusar responsabilidades que lhe cabem em grande parte.

É muito provável que este comportamento duplo do PCP, de querer estar no Governo sem partilhar responsabilidades de governação, favoreça o prosseguimento da demolição social, económica e cultural do País. São por demais evidentes os riscos deste projecto de radicalização que, a continuar, conduzirá inevitavelmente a situações absolutas de alternativa traduzida em «ou fascismo ou social-fascismo». Aliás, o absolutismo deste género de opção tem sido constantemente utilizado no desenrolar do processo pelo PCP e por aqueles que, directa ou indirectamente, o serviram e que, logo que «se gastaram», foram largados à beira do caminho, atirados para o lixo como um sapato velho.

Parece-nos ter chegado a oportunidade de lembrar ao PCP que não é justo que a esquerda portuguesa venha a pagar pelas suas excessivas e esquemáticas ambições políticas e que gradualmente, ela poderá perder a paciência que tem demonstrado ao perdoar-lhe os erros e abusos, de tal modo que, muito claramente, tenha que lhe dizer «BASTA! — mostrando, se necessário for, alguns trunfos oriundos de conhecidas aventuras golpistas.

A. G.

(De «A Luta»)

CONTROLADOS OS LUCROS DA VENDA DE CALÇADO

Recebemos da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços a seguinte nota:

«A antiga Inspecção-Geral das Actividades Económicas admitia na comercialização de calçado, com critério, uma margem de lucro bruto de 36% sobre o preço da factura do produtor.

«Acontece que esse critério, então adoptado, contraria frontalmente o disposto pela lei em vigor, pois, segundo o Decreto-Lei n.º 41 204/57, constitui crime de especulação a venda de produtos ou mercadorias com margem de lucro líquido superior a 10% nas vendas por grosso, e de 15% nas vendas a retalho.

«Os encargos gerais, entretanto, terão de ser demonstrados contabilisticamente, perante as brigadas da Fiscalização Económica, quando estas o solicitem aos comerciantes.

«Assim, devem os comerciantes de calçado tomar em consideração a lei em vigor, praticando obrigatoriamente, desde já, o determinado pelo Decreto-Lei n.º 41 204/57.

«Contudo, recomenda-se como muito útil a todos os comerciantes de calçado que, para um correcto apuramento dos seus encargos gerais, contactem imediatamente com a Direcção-Geral da Fiscalização Económica, em todas as capitais de distrito».

FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA REPRIME ESPECULAÇÃO

Os serviços da Direcção-Geral da Fiscalização Económica têm vindo a desempenhar uma importante tarefa na defesa dos legítimos interesses dos consumidores, dos industriais, dos comerciantes e dos produtores, prevenindo e reprimindo as infracções anti-económicas e contra a saúde pública.

Neste sentido, aqueles serviços (e para além da execução doutras actividades, tais como inquéritos a diversos sectores industriais e intervenções no sentido de manter o normal e eficiente abastecimento do País, sobretudo no que se refere a géneros alimentícios), aqueles serviços, diziamos, instauraram, nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, 2487 processos, relativos a infracções contra a saúde pública, infrações anti-económicas (especulação, etc.) bem como acerca de questões de inquilinato.

Durante aquele período, foram concluídos mais 2749 processos; foram visitadas cerca de 20 mil unidades comerciais e industriais de todas as dimensões, e apreendidas cerca de 10 toneladas de mercadorias, impróprias para consumo.

APELO

Os serviços da Direcção-Geral da Fiscalização Económica apelam aos consumidores, para que, sempre que saibam de eventuais cárências de géneros alimentícios, de especulação ou de não cumprimento de preços tabelados, colaborem com aqueles serviços (que estão implantados em todas as capitais de distrito) informando acerca daquelas irregularidades.

Mais informam aqueles serviços que em breve passarão a autuar os vendedores ambulantes de produtos alimentares que não possuem Boletim de Sanidade. Apela-se, pois, para que essas pessoas sejam portadoras daquele Boletim, uma vez que se torna necessário a todo o custo defender a saúde do consumidor.

T. MARTINS

Notícias Pessoais

PARTIDAS E CHEGADAS

Tivemos o prazer de abraçar em Loulé, o nosso velho amigo, conterrâneo e dedicado assinante sr. Coronel Fausto Laginha Ramos.

— Também abraçámos em Loulé o nosso dedicado assinante, conterrâneo e velho amigo sr. José Maria Luís dos Ramos, funcionário do Banco de Portugal em Lisboa.

— Em viagem de trabalho, deslocou-se há dias a Londres o nosso estimado amigo e dedicado assinante sr. José Gomes Romeira Morgado, dinâmico gerente da Agência de Faro do Banco do Alentejo.

— A passar o Natal com sua família, encontra-se em Loulé, a nossa conterrânea sr. D. Maria Iolanda Pinto Wahnon, acompanhada de seus filhos José, Agnaldo e David Miguel Pinto Wahnon, estudantes liceais em Lisboa.

CASAMENTOS

No Igreja Paroquial de Quarteira, realizou-se no passado dia 28 de Dezembro o casamento da sr. D. Maria de Jesus Teixeira Mendes, filha da sr. D. Olinda Teixeira, com o sr. Manuel José Portela Neves, filho da sr. D. Maria José Pires Portela e do sr. Artur Carrusca Neves, nosso dedicado assinante e prezado amigo.

Padrinharam o acto por parte da noiva a sr. D. Vitória de Jesus Mendes Bento e o sr. Venâncio José Luís, e por parte do noivo a sr. D. Maria Fernanda Café Esteveão e o sr. José Guerreiro Bexiga.

Ao jovem casal, que fixou residência em Loulé, endereçamos as nossas felicitações e os nossos votos de feliz vida conjugal.

— x —

No Igreja de S. Sebastião de Loulé, realizou-se no passado dia 27 de Dezembro o enlace matrimonial da sr. D. Aurélia Maria Grosso Guerreiro, prendada filha do sr. Manuel Guerreiro Francisco

e da sr. D. Maria do Carmo Grosso Guerreiro, residentes em Soalheira (Loulé), com o sr. Dílio Dias Fernandes, filho do sr. José Coelho Fernandes e da sr. D. Maria Grosso Dias, residentes no sitio da Picota (Parragil).

São padinhos por parte da noiva a sr. D. Maria Helena Cecília Pereira e o sr. Vitorino Grosso Rodrigues e por parte do noivo a sr. D. Maria Gonçalves Grosso e o sr. Leonel Gonçalves Dias.

O «copo d'água» teve lugar no «Restaurante Parque», em Faro. O jovem casal e a seus pais, endereçamos os nossos parabéns.

NASCIMENTO

No Hospital de Loulé, teve o seu bom sucesso no passado dia 12 de Dezembro, dando à luz uma criança do sexo masculino a sr. D. Raquel Lima Dias, casada com o nosso prezado assinante e amigo sr. José Manuel da Silva Palma, residentes na Aldeia da Tôr.

São avós maternos a sr. D. Serafina Guerreiro Lima e o sr. António Dias Grade e avós paternos a sr. D. Maria Fernandes da Silva e o sr. António da Palma.

Ao recém nascido foi dado o nome de Rui Miguel.

Aos felizes pais e avós, endereçamos as nossas felicitações.

FALECIMENTO

Em Quarteira, de onde era natural, faleceu a sr. D. Francisca Costa Rita, de 91 anos, viúva de José Rita, mãe da sr. D. Cesária Costa Rita, casada com o sr. César de Jesus Maria e dos srs. rev. Francisco da Costa Rita, pároco de Alte, Ivo da Costa Rita, casado com a sr. D. Maria da Conceição Rita, António Costa Rita, casado com a sr. D. Ilde da Sousa Romão; Firmino Costa Rita, viúvo de D. Lúcia de Sousa Rita e José Costa Rita, casado com a sr. D. Maria de Lurdes Sousa Graça Rita, residente em Benguela.

A família enlutada endereçamos sentidas condolências.

COISAS DO ARCO-DA-VELHA

Só duas ou três, e à volta de duas datas, que, se fôssemos a apontar todas as coisas mirabolantes que por aí acontecem, seria um nunca acabar.

Uma. Nada menos que 34 «trabalhadores» da Televisão, viemos a saber, foram agora suspensos. E, claro, não foi isso para os cíntar à ordem do dial. Mas o inquérito ordenado porá tudo em pratos limpos.

Aquilo na Televisão, pelos visitos, era uma comuna. Um enxame de vespas, que em vez de mel, que isso não é com essas bichas, nos ferravam picadelas venenosas.

Enxame de vespas, diz pouco. Aquilo era mas é uma casa assombrada, onde vagueavam os espectros de Lenine e Estaline. Tarrenegol Some-te!

Outra. Após o 11 de Março, que ainda se não sabe o que foi, mas não restam dúvidas que alguém aí tirou as castanhas do lume com a mão do gato, após o 11 de Março, dizia, pediu-se publicamente o fuzilamento para os implicados, ou que se fizeram implicar. Isso, fuzilamento mesmo, coisa limpa, radical, expedito! Fuzilamento, note-se bem! à Fidel Castro, à PAIGC, MPLA, e outras criaturas assim, dulcissimas!

Pedia-se então o fuzilamento. E hoje, que vemos nós? após o 25 de Novembro? Os mesmos que pediam o fuzilamento para os insurrectos de então, a pedir a liberdade para os insurrectos de agora!

Também não deixa de ser curioso ver como os presos de agora, esses cantadores do proletariado, se estão a portar como requintados burgueses, exigindo na prisão banho diário e comida de primeira. Mas eles, aos presos que lhe caíram nas mãos, torturavam-nos, e lá os retinham na cadeia, indefinidamente, sem cau-

sa, sem instrução, sem julgamento. A mais desaforada amostra de dois presos e duas medidas!

O mais refinado exemplo de egoísmo, de racismo, de partidarismo! E são os que aí proclamam aos quatro ventos a sociedade sem classes!

MIGUEL SALES

RIR FAZ BEM...

● O EGOISTA...

A mulher:

— Houve, João, se o barco se afundasse agora, a quem salvarias primeiro: o teu filho ou a mim?

— A mim!

● A CASADOIRA...

A professora:

— Diga lá, menina, o futuro do verbo amar?

— É... é casar.

● O DOENTE...

O médico:

— Então que sintomas tem o senhor, diga lá?

— Olhe, sr. dr., tenho terríveis dores de cabeça e de intestinos.

— Então, diga-me: e no estômago, não sente nada?

— Não sr. dr. Ainda não almocei.

● O PIELAS...

No bar, entre dois «borrachos»:

— Eu cá bebo para esquecer.

— Para esquecer o quê?

— Esqueci-me...

TELLUS - REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, SARL

Tem o prazer de comunicar de que nomeou o

STAND AVENIDA VICTOR M. S. PASSOS

com sede em LOULÉ, seu Representante no Algarve para venda de

Tractores agrícolas RENAULT

OS PEDIDOS DE ASSISTÊNCIA MECÂNICA E ACESSÓRIOS PARA OS TRACTORES RENAULT, PODERÃO OS INTERESSADOS DIRIGI-LOS AO STAND AVENIDA — LOULÉ — TELEF. 6 24 82.

A Revolução foi traída

«O pior insulto que a Revolução fez ao povo e que determinou o momento em que o povo se começou a divorciar do processo, foi a atitude tomada pelo MFA ou por muitos dos seus membros e ainda por intelectuais de várias espécies e calibre, em relação às eleições e ao seu resultado.

Não há memória de se fazer durante um ano a propaganda dum acto político e da sua importância, rodeá-lo de toda a majestade e aparato, prepará-lo em termos quase perfeitos, através duma lei e duma Comissão Nacional, solicitar o povo a praticá-lo, convencer o país de lés a lés de que «o voto é a arma do povo» e no próprio dia em que o acto se realiza, em termos admiráveis de ordem, de civismo, e de concorrência extraordinária, nesse mesmo dia dizer que afinal tudo aquilo era trampa, o povo era estúpido, ignorante e impreparado, o valor do acto era nenhum, e os resultados não queriam dizer nada.

Isto pertence ao número das

coisas que não se fazem.

No dia em que o MFA praticou estes actos o seu crédito junto do povo baixou estrondosamente. Não se brinca com a vontade dum povo e muito menos se insulta impunemente uma Nação. A gravidade do acto subsiste por muito que se procure desfarçá-lo através duns sociólogos de pacotilha sem vergonha na cara, dum historiador a fazer fretes para ser ministro e de meia dúzia de jornaleiros pagos para lhe dizerem mentiras.

Foi pena. Porque o MFA tinha um programa.

Porque o MFA dizia que não era partidário.

Porque o MFA devia saber perder.

Porque a democracia foi cuspidada, escarrada e destruída nesse dia pelos próprios homens que tinham feito uma revolução para a restaurar no País. E a partir desse dia é o estendal que se viu. Ora foi, sem dúvida, o PC que arrastou o MFA para esta falta de sinceridade e de impureza do processo político. Foi o PC que

ensinou a falar em «liberdades amplas e democráticas» quando tal como Salazar a finalidade era a supressão das liberdades. Foi o PC que instalou na praça pública o impudor e o maquiavelismo dos processos de conquista do poder. Jogando com uma audácia infernal a teoria leninista da realização do socialismo através duma minoria disciplinada e prepotente, pouco a pouco virou a seu favor a demagogia sem norte da festa inicial das massas libertadas. Os braços levantados, o terror das assembleias, o voto pela minoria já de madrugada, o acesso a todos os postos e lugares de gente de confiança — por vezes imberbe! — o saneamento e a sua ameaça, a acusação sem direito de defesa; a ameaça suspensa contra todos da supressão do pão, da expulsão do trabalho, e até da privação da liberdade. O ataque ao poder judicial, à liberdade de pensamento, a todas as garantias do cidadão em face do poder. O «slogan» do «processo revolucionário» e da «manobra da reacção» serviram para justificar todos os atropelos e silenciar todas as críticas. A unicidade sindical foi afirmada como defesa dos trabalhadores, em vez de se dizer com honestidade que era a defesa da Intersindical, isto é, do domínio do mundo sindical pelo PC.»

F. SOUSA TAVARES

O que é um pequeno e médio agricultor?

(Continuação da pág. 1)

unidades de produção geridas por trabalhadores.

Todavia, vem agora o Ministério da Agricultura e Pescas definir o que se entende por pequeno e médio agricultor, nos seguintes termos:

1º — Para efeitos de beneficiar das disposições do Decreto-Lei n.º 606/75, de 3 de Novembro, é considerado como pequeno ou médio agricultor aquele que satisfaz simultaneamente as seguintes condições:

a) — Efectue, na exploração, trabalho executivo e ou directivo;

b) — O rendimento colectável, não actualizado pela Portaria n.º 599/75, de 10 de Outubro, do conjunto dos prédios e ou parcelas, propriedade do beneficiário e ou exploradas por este por arrendamento, que constituem a exploração ou empresa agrícola, não excede o valor de 100 contos;

c) — Não tenha ao seu serviço, na exploração ou empresa agrícola, mais do que dois assalariados permanentes;

d) — A área da exploração qu

empresa agrícola de policultura, com aproveitamentos de cultura arvense de regadio, de horticultura, de vinha e de pomar, não excede o equivalente a 210 ha de cultura arvense de sequeiro, admitindo-se, para efeitos da presente portaria, que 1 ha de cultura arvense de regadio, de horticultura, de vinha ou de pomar equivale a 7 ha de cultura arvense de sequeiro.

2º — As quantidades máximas de adubos por hectares cultivados que cada beneficiário poderá adquirir são as equivalentes aos seguintes montantes:

Culturas — Esc./hectare: — Tomate para indústria 2750\$50; Arroz, 2250\$00; Batata, 2000\$00; Outras culturas 1 100\$00.

3º — Para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 606/75, de 3 de Novembro, a qualidade de beneficiário é certificada, no caso das unidades de produção geridas por trabalhadores, pelos centros regionais de reforma agrária e, no caso do pequeno e médio agricultor, pelas brigadas técnicas da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas ou pelas comissões liquidatárias dos gremios da lavoura,

STAND AVENIDA VICTOR M. S. PASSOS

Vem por este meio comunicar a todos os seus Clientes e Amigos de que foi nomeado Representante no Algarve da

TELLUS - REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, SARL

Tractores agrícolas RENAULT

com sede na Estrada Nacional — CACÉM — LISBOA

ALGARVE ESTÂNCIA DE TURISMO

Desde que foi fundada em 1930, que os dirigentes da Casa do Algarve lutam pelo aproveitamento das excelentes condições climatéricas e de beleza paisagística da sua terra, como estância de turismo.

Quando do I Congresso Regional Algarvio realizado na Praia da Rocha em 1915, já se alertavam os governantes daquilo que devia fazer-se.

A partir do II Congresso Re-

Pelo Dr.
ANTÓNIO DE SOUSA PONTES

gional, em Lisboa, em 1950, e dos estudos científicos então feitos pelo engenheiro-geógrafo Dr. José António Madeira, nomeadamente sobre climatologia internacional comparada, as suas conclusões e as sucessivas conferências efectuadas na Casa do Algarve, sobre o Turismo, foram uma das causas da publicação da Lei n.º 2082, de 1956. Esta lei criou o Fundo Turismo e esquematizou os auxílios que a Caixa Nacional de Crédito, sem prejuízo da participação do Fundo do Desemprego, dava para a construção de hotéis e pensões.

Desse auxílio ressultou o aparecimento de grandes e belas uni-

dades hoteleiras no Algarve, avaliadas em milhões de contos. Por outro lado, o Estado tem mandado fazer obras de saneamento e de abastecimento de água e electricidade e outras, de infra-estrutura turística que, no ano corrente se cifram na elevada quantia de um milhão de contos.

Em 1974, o imposto de 3% sobre as contas dos hotéis e similares, casas alugadas e ainda sobre as contribuições predial e industrial, arrecadadas nos 16 concelhos do Algarve, atingiu a quantia de 25.385 contos, o que quer dizer que o volume total movimentado através do Turismo foi de 846.166 contos.

A quebra de turistas estrangeiros no corrente ano, derivada das notícias empolgadas transmitidas pelos correspondentes dos jornais estrangeiros em Portugal, tem de ser combatida.

Aqui mesmo, à nossa porta, em Lisboa, já temos ouvido os correspondentes estrangeiros perguntar aos militares de guarda às instalações da vizinha Rádio Renascença, se tem havido muitos ou poucos tiros...

Os algarvios sempre foram gente de paz e boa ordem e nunca gostaram de intromissões estrangeiras. Basta recordar que, em 16 de Junho de 1808, e apenas em 8 dias de luta, expulsaram os soldados franceses de Junot, aprisionando o próprio general Maurin, comandante da divisão militar francesa que ocupara a Província.

Foi somente em 17 de Agosto de 1808 que se travou a batalha da Rolica, entre o exército anglo-luso, comandado por sir Arthur Wellesley e o exército francês, comandado pelo general Delaborde... Em 25 seguinte assinava-se a vergonhosa Convenção de Sintra, depois da batalha do Vimeiro, no dia 21, sob o comando do próprio Junot.

Porém, esperançados estamos em que os estrangeiros hão-de voltar, seduzidos não só pelas excelentes condições naturais do Algarve, como pela atração da lira de Orfeu...

PARA 1976 OS DEZ MANDAMENTOS DO CIDADÃO PREVIDENTE

- 1.º — Não entrarás em 1976 com o pé direito (porque actualmente até os pés são da esquerda).
- 2.º — Não tomarás a «bica» (que em breve custará 5 paus).
- 3.º — Não fumarás (a não ser que cultives tabaco no quintal).
- 4.º — Não passearás de «pó-pó» ao domingo (salvo se achares «barato» pagar gasolina a 17\$50 cada litro).
- 5.º — Não comerás «bacalhau com todos» (pois o que há é só para alguns).
- 6.º — Não receberás subsídio de desemprego (para perderes a mania de ser desempregado).
- 7.º — Não beberás mais leite de vaca (que é um animal sagrado na Índia, e nós devemos respeitar a religião do próximo).
- 8.º — Não reivindicarás aumento de ordenado nas empresas nacionalizadas (a não ser que não gostes deste nacionalismo... socialista).
- 9.º — Não desejarás um português Pinochet (salvo se já esquecestes o que o fascismo é).
- 10.º — Não seguirás nenhum destes mandamentos (mas cumprás à risca o que te ordenarem as cúpulas do teu Partido, pois elas é que sabem o que te convém).

UM PROFETA LOULETANO

TRESPASSA-SE

Por motivo de retirada para Loulé, trespassa-se estabelecimento de fazendas e mercearias em Alto.

Tratar com Joaquim da Silva. Telef. 68167 — ALTE.

ACONTECEU EM QUARTEIRA!

Autêntica exploração do homem pelo homem!

Sr. Director

Como está ainda em moda falar-se muito dessa coisa que ninguém explica mas que se diz ser a «exploração do homem pelo homem» e que serve principalmente para lançar poeira nos olhos dos incertos, dos ingéniosos e dos parvos, não resisto a divulgar o que há dias se passou comigo e que desejo levar ao conhecimento de muitas mais pessoas para alertar contra aqueles indivíduos que se dizem exploradores e que, ao fim e ao cabo, não passam de uns indecisos exploradores.

Eu bem sei que a vigarice de que fui vítima é usada quase por sistema, mas é bom que seja muito divulgada para que os vigaristas sintam um certo acanhamento em continuar com um sistema que já era sistema no tempo das «vacas gordas».

Nessa altura o dinheiro abundava.., nas mãos dos que faziam e compravam casas e tudo era pago sem pestanejar.

E os que trabalhavam faziam-no por especial favor e «batiam boas sornas» durante as horas de trabalho, escondidos nos apartamentos em acabamentos.

A isso ninguém se atreve a chamar «exploração do homem pelo homem» porque o patrão é

obrigado a pagar 8 horas, quer o empregado trabalhe 4 ou 6.

Agora quero referir-me ao facto de ter alugado uma casa em Quarteira e ter chamado um electricista para pôr uns candeeiros, uns pontos de luz e umas correções e que foi necessário fazer porque o construtor vigarizou o comprador, pouparo o máximo que pôde nos pontos de luz, nas tomadas, na péssima instalação eléctrica, na deficiência dos cabos condutores, na pobreza das instalações.

Talvez o construtor diga que não teve culpa... porque confiou esse trabalho a um electricista. E talvez o electricista diga que não foi culpado porque, para ficar com o trabalho, teve que fazer tudo pelo mais baratinho e o construtor preferiu-o por ser o orçamento mais baratinho.

No fundo, isto quer dizer apenas que continuamos todos a nos enganar uns aos outros.

Nisto discordo eu porque é preciso que nos consciencializemos que se fez uma Revolução no 25 de Abril e que, por isso mesmo, é preciso mentalizar as pessoas de que alguma coisa tem que mudar neste país.

Aquela velha história de que andam 99 a querer enganar 1, tem que acabar.

E tem que acabar porque não há direito que um electricista trabalhe 2 dias numa casa a fazer pequenos arranjos e passe um vergonhoso pedaço de papel onde escreva: material e mão de obra, 3.216\$00.

Perante a insistência do electricista, e face à minha ausência, minha mulher teve a infeliz ideia de, nervosamente, lhe pagar, pois até nem sabia o preço do material empregue.

Porém, face à exploração de quem senti vítima, pedi ao vendedor uma factura do material levantado por aquele cavalheiro e verifiquei que ele apenas compra 700\$00 de material. Mostrei-a áquele «honesto» trabalhador, o qual ficou seriamente embaraçado pelo meu «atrevidismo» em saber que material tinha ele levantado.

Mentindo, desculpou-se que não eram 2 dias, mas sim 3 e que levava um aprendiz, a quem pagara 180\$00 por dia e ainda os almoços.

Afinal pagou apenas 45\$00 por dia a um aprendiz que nem falta fazia mas que apenas utilizou para o explorar.

Embaraçado, prometeu voltar para esclarecer melhor onde tinha aplicado mais parafusos dos

(Continua na pág. 6)

UM SLOGAN PARA ALICIAR AS MASSAS

(Continuação da pág. 1)

E assim, quando se diz que é preciso acabar com a exploração do homem pelo homem, apenas se pretende alterar um sistema de vida social que concede aos homens o direito de pensar e agir consoante os seus ideais, por um outro onde exista um estado totalitário e omnipotente ao qual todos têm que obedecer cega e fanaticamente.

Claro que para chegar lá é preciso aliciar as massas, conceder-lhes (agora) todas as facilidades, dizer-lhes que a «crise é transitória» e que «quando se atingir o Paraíso»...

...Bem, quando se atingir o Paraíso, é a tal férrea ditadura donde só se escapam os poucos que conseguem fugir.

Fala-se em exploração do homem pelo homem, mas ninguém explica o que isso é, onde começa nem onde acaba e, para que ninguém se escape, acrescenta-se que «tão explorado é o trabalhador que ganha 2.000\$00 como o que ganha 20.000\$00 por mês».

As tacanhas mentalidades aceitam e acreditam nisto e não entendem que o objectivo é, única e simplesmente mudar o nome às coisas e pôr certos indivíduos no «poleiro».

Depois do 25 de Abril, a expressão «exploração do homem pelo homem» era um motivo de apreensão e tristeza e até de dúvida sobre a própria autenticidade revolucionária. A inexistência da ideia gera o pauperismo da palavra e a repetição idiota e alucinante do «slogan». O chamamento que se fez aos homens desse automaticamente de qualquer forma de comunicação, de convite à reflexão de adesão consciente ou de esforço de compreensão e lucidez; pelo contrário, o chamamento é puramente passionnal e dirige-se ao instinto, à inveja, ao ódio, à abdicação da própria humanidade.

E este tipo de chamamento, essa solicitação demagógica, que assentou arraiais na nossa praça, é apoiado por toda a mediocridade analfabeta da «lumpen-comunicação» (jornais, Rádio, TV) transformou, e pretende transformar o povo em ralé.

E assim, aqueles que invejam aquilo que os outros possuem e

que é fruto de uma vida inteira de trabalho, de canseiras, de sacrifícios, de noites perdidas, de esforços inauditos e de capacidade intelectual, apenas sonham em serem eles os «novos donos» por ingenuamente não acreditarem que tudo iria parar às mãos de um Estado burocrático e totalitário onde cada um seria apenas uma insignificante peça de um complexo xadrez em cujos meandros nunca conseguiria penetrar.

E que, em vez de uma voz amiga que trabalha a seu lado, que dá conselhos, que sente os seus problemas, que pode ajudá-lo nas horas más, apenas teria a voz autoritária de um funcionário hierárquico a quem cegamente teria que obedecer.

Quando se diz que é preciso acabar com a exploração do homem pelo homem há, portanto, um claro objectivo: é acabar com o patrão/homem, para que tudo passe para o patrão/Estado.

Ora nós pensamos (aliás temos a certeza) em exemplos já flagrantes de que os trabalhadores ao mudarem de patrão continuam a ser «explorados» (e ainda mais porque nem podem «pior» quando se sentem mal) e por isso temos o direito de exprimir a nossa opinião e dizer que a única maneira de se acabar com a exploração do homem pelo homem (se na verdade é isso que de facto se pretende, embora pensemos que seja apenas uma «capa») era os trabalhadores criarem as suas próprias empresas e explorá-las... sem patrões.

Assim, era tudo igual e fazia-se à pressão, já, a tal sociedade sem classes.

Pois se os trabalhadores é que são os bons, eles é que sabem, eles é que são os trabalhadores, eles é que têm o dinamismo, se é ao serviço dos trabalhadores que a Banca está, bastavam que se juntassem e desenvolvessem novas empresas sem necessidade de tirar nada a ninguém.

Se se diz que determinado indivíduo conseguiu enriquecer porque «passou a vida inteira a roubar» que nome têm aqueles trabalhadores que, de um dia para o outro ficaram com as empresas, as fábricas, as propriedades, as hortas que os outros criaram e desenvolveram?

Serão benemeritos?

CARLOS MAIA

(Parte de) 30 mil turistas escandinavos

virão ao Algarve em 1976

(Continuação da pág. 1)

uma ocupação de três mil camas semanais. Também o transporte dos turistas, a realizar exclusivamente pela TAP, envolverá dois voos semanais para Lisboa, oito voos semanais para Faro e dois voos semanais para a Madeira.

Ainda dentro dos acordos, estão a ser estudados programas de turismo de Inverno, para as mesmas áreas, prevendo-se o alargamento destes programas a pessoas de idade ou que estejam em períodos de convalescência de qualquer tipo de doença ou acidente.

Este contrato poderá significar um aval de confiança para o futuro do Turismo nacional, no qual o Algarve necessariamente terá de desempenhar um importante lugar, dadas as suas inegáveis potencialidades para o desenvolvimento da indústria turística.

Assim, face ao sucedido em 1975 e sendo previsível que tudo continue a subir aceleradamente, só conseguimos encontrar uma solução para evitar a morte da «Voz de Loulé»: aumentar o preço do jornal.

Muitos dos nossos assinantes se nos têm dirigido para manifestar a sua concordância com um aumento do preço que consideram inevitável.

Essa atitude é um estímulo e um incentivo para continuarmos, dado que é com a receita das assinaturas que contamos para podermos ir mantendo o nosso modesto quinzenário.

Nunca aceitámos nem aceitamos subsídios de quem quer que seja, pois mais vale sermos pobres e honradinhos do que ricos e lacaios... de quem quer que seja.

Nunca a tentação do dinheiro nos fez correr o risco de vender a alma ao diabo, porque não pertencemos àquela espécie de gen-

PINHEIRO DE AZEVEDO EM QUARTEIRA

(Continuação da pág. 1)

nhos e aguardentes da garrafaria particular daquele conhecido industrial), foi vivamente aplaudido por muitas pessoas que o reconhecem. Correspondendo às saudações, o primeiro-ministro parou por momentos conversando com os circunstantes, a quem disse que se encontrava a descansar no Algarve, depois dos fatigantes dias que se seguiram ao 25 de Novembro e que antecederam as negociações para a reconstituição do VI Governo.

Mais disse o «almirante sem medo» que aproveitava a viagem para se inteirar dos muitos problemas com que se debate o Algar-

ve no campo turístico e que muito preocupam o chefe do Governo.

Diga-se ainda que, durante o almoço, Pinheiro de Azevedo (de certa preocupado com muitos dos problemas laborais que o País enfrenta) não deixou de interrogar os empregados (ou melhor, os ex-empregados, uma vez que estes são agora arrendatários do restaurante) e o proprietário, sr. Isidoro, acerca do modo como dirigem a casa, ficando manifestamente satisfeito por haver um ambiente de perfeita colaboração e entendimento entre todos os que estão à frente daquela unidade hoteleira.

QUESTÃO AGRÁRIA

(Continuação da pág. 1)

guar os anseios e esperanças de todo um povo que rega de suor e fecunda de canseira as ribas de todos os rios. «Rio Maior» é a voz e esperança de todos os agrários portugueses. É também a nossa voz.

Quiseram silenciá-la, mal ela se fez anunciar, os inimigos do Povo — aqueles que se servem do seu nome, belo e purol, para o explorarem, o manipularem, o ludibriarem. Que fizeram esses pelo Campo e pelo Povo senão postá-lo à borda de balbúrdia sanguinolenta, inquiná-lo de ódio e lançá-lo em desesperada penúria? Que fizeram esses senão provocar a voz da reacção que pretendeu sepultar e abafar ou comprometer a voz livre e libertadora que se erguia — limpida e recta — do coração dos nossos camponeses?

Mas nem uns nem outros conseguiram calar, ou sequer pôr surdina, na VOZ AGRÁRIA, porque ela não é de comunistas nem de fascistas; é do Povo; não é do norte nem do sul: é de Portugal, ela é de toda a parte, faz um caudal incontável — é «RIO MAIOR».

Rio Maior é a Questão Agrária, é o nosso «25 de Abril» que o «11 de Março» converteu em privilégio de neo-fascistas e que

VENDE-SE

GRUPO

ELECTROGÉMIO

220/380 V — 5KVA.
Informa: José António Chaves Guerreiro.

Almancil Poco — Telef. 94224.

G. C.

Da «A Voz de Loulé»

6-1-1975

AOS ASSINANTES DE «A VOZ DE LOULÉ»

(Continuação da pág. 1)

do ano, o que tornou praticamente impossível fixar quaisquer aumentos.

Assim, face ao sucedido em 1975 e sendo previsível que tudo continue a subir aceleradamente, só conseguimos encontrar uma solução para evitar a morte da «Voz de Loulé»: aumentar o preço do jornal.

Muitos dos nossos assinantes se nos têm dirigido para manifestar a sua concordância com um aumento do preço que consideram inevitável.

Essa atitude é um estímulo e um incentivo para continuarmos, dado que é com a receita das assinaturas que contamos para podermos ir mantendo o nosso modesto quinzenário.

Nunca aceitámos nem aceitamos subsídios de quem quer que seja, pois mais vale sermos pobres e honradinhos do que ricos e lacaios... de quem quer que seja.

Nunca a tentação do dinheiro nos fez correr o risco de vender a alma ao diabo, porque não pertencemos àquela espécie de gen-

te que caiu na tentação de vender uma Pátria e todo um Povo só porque lhe pagaram para isso.

Sabemos que há por aí quem recebe chorudos ordenados... só para imprimir ideias «progressistas» nos incertos, mas NUNCA este jornal se vendeu para defender ideias.

E é por isso mesmo que temos que apelar para a boa compreensão dos nossos assinantes, pois é com eles que contamos para manter acesa esta pequena vela que corre o mundo como mensagem de puro louletanismo até onde há um conterrâneo amigo que a deseja e avidamente a lê.

Tudo o que atrás se lê serve para justificar, que, embora muito contrariados, tenhamos que fixar o custo da assinatura de «A Voz de Loulé» nos seguintes novos preços:

Semestre 60\$00

Ano 100\$00

ESTRANGEIRO 80\$00

Semestre 130\$00

Ano 210\$00

De salientar que, embora o custo da assinatura anual tenha um acréscimo de 30\$00 (1\$25 por mês) o custo semestral aumenta apenas 20\$00 de (40\$00 para 60\$00).

Este aumento é verdadeiramente insignificante se considerarmos que a taxa dos C.T.T. passou de \$05 para \$50 cada jornal.

Isto significa APENAS que, do aumento mensal de \$125, somente beneficiamos de \$20, visto só de selo pagarmos \$100 por mês em cada jornal.

Resta acrescentar que a cobrança das assinaturas devido ao enorme encargo das taxas provoca um aumento de 6\$50 (importância que os C.T.T. nos cobram por cada recibo).

Por este motivo e pelos transportos que a cobrança causa, ficamos muito gratos a todos os nossos prezados assinantes que quiserem ter a gentileza de nos enviar o valor das suas assinaturas em vale, cheque ou através de familiares.

Esconder as realidades é trair o Povo!

Durante décadas viveram os portugueses sob violenta opressão. Por isso o 25 de Abril deu-lhe, uma liberdade que há muito se impunha. O Povo sentiu-se aliviado, feliz como que a viver num novo Mundo. Esta humilde massa humana, que tinha nascido e vivido no obscurantismo, alimentada com slogans traíçoeiros, foi acreditando que este País, era de facto um Jardim à beira-mar plantado, um verdadeiro paraíso alimentado por Colónias, Emigração e Turismo e onde o Sol poderia substituir outros recursos.

Alguém disse um dia que, Portugal, sem Colónias, mais não seria do que uma província pobre da Europa! Quem não se recorda desta frase? Com o golpe do 25 de Abril de 74, assistiu-se depois a uma descolonização, que era necessária, mas que foi feita desastrosamente.

Mas que os responsáveis pelo 25 de Abril, erraram por não mostrarem a realidade ao Povo Português é um facto indescritível! Um erro que este pobre e humilde Povo continuará pagando ainda durante largos anos. Iniciou-se na mentalidade desta gente, que cada um poderia exigir a seu belo prazer, tudo o que precisasse.

Greves, justas ou não, aumentos salariais, derrube total dos

INATEL

Respondendo a todas as solicitações no sentido de alargar as suas actividades culturais, a Delegação de Faro do INATEL vem por este meio comunicar que já dispõe de um animador cultural, que está desde já à disposição dos Centros, no sentido de dar o máximo apoio a todas as iniciativas de carácter cultural.

Aproveitamos esta ocasião para fazer um apelo à criatividade dos trabalhadores em geral e dos Centros em particular, comprometendo-nos pelo nosso lado a envidar todos os esforços no sentido dum Difusão Cultural que vise em primeiro lugar aqueles que mais atrasados estão nesta matéria.

Sangue na estrada

Os subúrbios da cidade de Faro foram há dias alastrados por um acidente sangrento ocorrido próximo de Marchil.

No sentido Faro-Patação seguiram 2 camionetas: uma com passageiros e uma outra com peixe, esta conduzida por António Joaquim Galhardo da Silva Costa, de 32 anos, residente em Sobral de Monte Agraço. A breve trecho, o segundo pretendeu ultrapassar a camioneta de passageiros. Mas, como lobrigasse em sentido contrário uma carrinha (motorizada com reboque) que era conduzida por Mário Correia, de 35 anos, casado, que residia no Parral, Loulé, pretendeu retomar a sua faixa de rodagem frente ao autocarro. Porém, este deu um toque na retaguarda da camioneta de carga, que guinou e foi projectada para a via em sentido contrário, indo enfeixar-se na carrinha que transitava de Patação para Faro.

As consequências do acidente foram fatais para o Mário Prata Correia que, transportado pela ambulância do «115» ao Hospital Regional de Faro, chegou ali já sem vida. Por sua vez, o condutor da camioneta de peixe ficou internado no mesmo hospital com ferimentos graves.

Angustiada pela morte de seu filho, a mãe de Mário Prata Correia veio do Brasil de avião para assistir ao funeral.

A família enlutada endereçamos sentidas condolências.

grandes capitalistas, que estaria certo, se não se estendesse a médios, mini-médios e pequenos; tomadas de casas, herdares; menor rendimento no trabalho e na produção, etc. Um descalabro!

Ainda que Portugal fosse um País riquíssimo, isto não poderia estar certo! Porquê, que se escondeu a este Povo a nossa bem visível pobreza? Como seria possível tornarmo-nos um País próspero em tais condições de produtividade? Qual o País onde não existe exploradores e explorados? (Se admitissemos que havia algures em África, um País com cerca de 30.000 Sargentos e 5 mil Oficiais, mesmo que nesse País não houvesse a exploração do homem pelo homem, seríamos levados a admitir, que esses militares, nada produziam e como tal estavam explorando alguém.) Mas num caso mais concreto: nos países onde o Estado é o Patrão único não será este o explorador?

Todas estas realidades têm sido escondidas aos Portugueses, que com maior ou menor ingenuidade, foram até certa altura, acreditando que a felicidade e bem estar, podiam cair do céu. Até certa altura, digo bem, porque hoje já não será muito fácil à maioria do povo, voltar a enfiar-lhe «gato por lebre», o que equivale a dizer, que a maioria do povo Português, pretende saber que Socialismo nos pretendem empurrar. Este povo, a quem tem sido prometido o Pluralismo Democrático, pretende isso mesmo, e não um regime imposto ou importado e ultrapassado por este ou aquele militar ou civil.

O povo português, acreditou na Revolução dos Cravos, nos militares como seus protectores, mas não poderá mais admitir, que os Fascistas esperitando pelas fendas da Revolução, possam sorrir de nós! Os verdadeiros portugueses, que se orgulharam dessa Revolução modelo, que bem podia ter sido aproveitada como figurino, não gostarão de ficar mais pobres e muito menos que se lhe esconda essa pobreza. Portanto, vamos todos ao trabalho, agora que ainda nos podemos salvar! Há que terminar com a diabólica política da terra queimada, ou com o precipitado aniquilamento das empresas, para que tudo e todos sejamos lançados na miséria.

MANUEL FARIA

FUTEBOL

O QUARTEIRENSE SOMA E SEGUE

Continua sendo bastante animadora a carreira do Quarteirense no campeonato nacional de futebol da 3.ª divisão. Com efeito, após ter sido eliminado da Taça de Portugal pelo Loures, o clube de Quarteira tem vindo a manifestar um comportamento a todos os títulos meritório, dando inteira satisfação aos adeptos do chamado desporto rei naquela localidade.

Deixamos aqui arquivados, seguidamente, os últimos resultados alcançados pelo clube de Quarteira no campeonato nacional da 3.ª divisão: após ter ido sofrer uma derrota por 3-1 ao campo do Luso do Barreiro, o Quarteirense logrou ganhar por 1-0 ao Casa Pia, em jogo disputado no campo «Bexiga Peres» em Loulé; no domingo seguinte, o Quarteirense deslocou-se à Costa da Caparica, onde venceu a equipa local por 2-0, resultado que mui-

ANO VELHO...

ANO NOVO...

(Continuação da pág. 1)

rio. Neste vai-vem quase irracional, temos perante nós um ror de vítimas inocentes — homens, mulheres e crianças que, as mais das vezes, só querem viver o seu dia-a-dia com confiança e calma, longe das lutas entre as várias correntes político-ideológicas que se degladiam por todo o mundo.

Mais um ano se encerrou, e, com ele, as tristes recordações em que o luto e a dor viveram lado a lado. E porquê? Na maior parte dos casos, devido à insânia dos homens — mais concretamente: daqueles homens que só no ódio, na guerra e na opressão conseguem alcançar os seus maléficos fins —, como se fossem feitos apenas para o mal. Ai temos o caso de Angola, marco sangrento marcado na História, onde este ano não será novo, para nossa vergonha e desgraça do povo angolano. E, entre nós, também temos a lamentar a triste figura de um povo que, pouco depois de alcançar a liberdade, já se vê enroscado nas teias terríveis que alguns tecem, na sua ânsia de Poder, para de novo nos lançarem na escravidão.

Não falemos, porém, do «final» de 1975. Viva 1976, e que este seja, realmente, o ano modelado pelo qual todos ansiamos. Mais um calendário se mudou e agora é um correr incessante de dias e meses, um desfilar constante de horas e minutos. Que acabem as guerras, que desapareçam os ódios e as manifestações de inimizade entre nós. Vivamos como verdadeiros concidadãos, respeitando-nos mutuamente, em paz, em diálogo, em democracia. A nossa vida tem, forçosamente, um fim, e porque abreviá-lo? Será que não podemos conseguir nessa vida belos momentos de felicidade e prazer? Tudo depende de nós e só nós o poderemos conseguir.

Que 1976 seja esse ano de fraternidade humana — são os nossos mais ardentes votos.

MANUEL FARIA

Uma carta da Cisul acerca dos «elevados prejuízos»

A propósito do apontamento intitulado «elevados prejuízos para a Cisul em 1975», que inserimos no n.º 574 de «A Voz de Loulé», recebemos da Comissão Administrativa daquela Companhia uma carta, cujo conteúdo, como os nossos leitores poderão analisar, vem acrescentar alguns dados aos que, oportunamente, fizemos publicar no nosso jornal. Cumple dizer que esta carta, que a seguir publicamos, além de especificar alguns pontos que não havíamos referido no nosso apontamento, vem confirmar o que dissemos: que a Cisul teve, em 1975, «elevados prejuízos», situação em que, aliás, foi acompanhada pelas outras cimenteiras nacionais (que, diga-se, já deixaram de estar «no segundo ano de produção fabril»), decreto por razões em tudo semelhantes às que provocaram o «saldo negativo» da Cisul.

Antes de terminarmos esta nota prévia não queremos, porém, deixar de manifestar os nossos votos de que as cimenteiras nacionais retomen muito em breve o equilíbrio — pois que, em última análise, o «desequilíbrio» acabará por ser pago por todo o povo português, que tão longe anda «das satisfações das necessidades básicas do indivíduo», como muito bem se afirma na carta da Cisul.

Ex-m. Senhores.

A consideração que sempre nos merece a imprensa regional, os seus esforços e sacrifícios em prol das populações, nem sempre compreendidas e muitas vezes afastadas das satisfações das necessidades básicas do indivíduo, entre as quais se inclui a do direito a uma informação — formação — correcta e oportuna e o facto concreto da audiência que o vosso quinzenário tem na região onde nos inserimos, levando-nos excepcionalmente a alterar a nossa conduta de não comentar notícias em que a CISUL seja visada, apresentar alguns comentários que melhor permitem uma objectiva informação sobre o artigo inserto no vosso n.º 574 de 3-12-75.

Assim, os resultados de 1975 obviamente ainda não estão apurados. Contudo as previsões situam-se ao nível de 55 mil contos de saldo negativo, o que não é de forma alguma de estranhar em indústria de capital intensivo como é a do cimento e em empresa que está agora no seu segundo ano de produção fabril. E tão mais facilmente se comprehende esta situação quanto se souber que aquele valor é sensivelmente idêntico aos encargos financeiros no ano em curso. Dito de outra maneira, significa que os resultados de exploração são suficientes para cobrir os custos totais da mesma agora os financeiros. E se esta situação é característica do acima descrito quanto à indústria e idade da empresa, é-o também do facto de o grupo que a fundou não integrar qualquer banco a suportá-lo, de a sua estrutura financeira se ter forçosamente de ressentir da não concretização, por encerramento da bolsa, do aumento de capital autorizado de 150 para 200 mil contos. De no-

tar que o imobilizado se situa já em 650 000 000 de escudos.

Acresce informar que como resultado de não se ter verificado actualização no preço de cimento, derivado quer do último aumento do combustível, que só à sua parte contribui com 35% para os custos de produção, quer das actuais condições de remuneração dos trabalhadores, na via da justiça social que se pretende, o sector que era tido como gerador de avultadas retribuições ao capital, por força do desnivelamento entre preços e custos actuais, deixou de o ser. O equilíbrio será certamente retomado muito em breve não só pelas medidas que forçosamente a actual situação de distorção de preços levará a tomar, como também muito contribuirá a anunciada integração numa única empresa de todas as cimenteiras nacionalizadas, medida cujo alcance e análise ultrapassa o âmbito deste esclarecimento.

Gratos pela atenção que se digna dispensar,
Creiam-nos Atentamente,
CISUL
Companhia Industrial de Cimentos do Sul, S. A. R. L.
A Comissão Administrativa

A CONTECEU EM QUARTEIRA!

(continuação da pág. 5)

que já tinha em casa e que por isso não comprou.

...Até hoje.
Se a isto não se chama uma vergonhosa exploração do homem pelo homem, que nome terá?

Quando será que as pessoas se conscientizam de que deve haver um limite de lucro justo?

Porque não há-de a construção civil passar (agora) a ser fiscalizada (sem «luvas» nem «padrinhos») para que acabe de vez uma infame exploração que era consequência da exploração praticada desde a base pelos padres (que dormiam nas casas e que produziam o menos possível) e que continuava por todas as outras profissões ligadas ao sector, passando pelos electricistas cujos erros são visíveis nas constantes avarias que se verificam nas casas. Qualquer pessoa pode certificar-se da facilidade com que se avariavam (por exemplo) as campanhas das casas: o material é sempre do mais baratinho, embora o custo das casas seja sempre o mais alto.

E finalmente, o construtor civil, porque há-de, teimosamente, preferir sempre o mais baratinho... só para enriquecer depressa?

Foi por estas e por muitas outras que foi necessário fazer o 25 de Abril.

Esperemos que esses erros não se repitam, agora que até já se fala em reanimar a construção civil.

E é imperioso que seja feito (já) essa reanimação! O país precisa progredir e é no trabalho sério, disciplinado e consciente que um país pode progredir.

O resto é farsa.

Quarteira, 21-12-75.

J. TEIXEIRA MARQUES



ARMELIM CONTREIRAS

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Telef. 62919
Stand: Rua Diogo Lobo Pereira
Resid.: Rua dos Combatentes da
G. Guerra, N.º 14-1.º Esq.

(Largo do Chafariz)
Campina de Clima

LOULE

Manifesto de imortais

por SEQUEIRA AFONSO

Saiam da terra as mágoas que sofremos
Saiam da boca os gritos que calâmos
Saiam palavras como facas farpas
A cravar no coração do que somhámos.

Do que sonhámos sonho inútil morte
Saiam todas as víboras do regresso
Nós voltamos para exigir um nome
Que se escreva com o sangue dum verso.

Dum verso que parte os vidros da mentira
Que rasgue os mantos suaves dos perversos
Não queremos de novo a submissão
Camouflada sob a capa dos provérbios.

Saiam da terra as mágoas que sofremos
Em nossas mãos as armas façam fogo
Nada pior que o silêncio e o frio
E as chagas na carne deste mar já morto.

Saiam da boca os gritos que calâmos
Para acordar quem dorme cedo ou tarde
(Porque somos a força renovada
Que no peito dos amantes arde).

Saiam palavras como facas farpas
Apontadas ao branco da ausência
— Queremos o canto agora de mãos dadas
Aqui para vingar nossa presença.

O DINHEIRO

Gramaticamente falando, dinheiro é um substantivo comum, masculino, singular. Mas na prática é o que há de menos comum. Singular, é sem dúvida, porque está ficando cada vez mais raro. No que toca a masculino, parece que as mulheres gostam tanto dele como os homens.

Se não existisse o dinheiro, os banquetes, prestatistas e usurários, teriam que trabalhar para viver como qualquer de nós. Os moralistas dizem que o dinheiro é coisa suja, mas por enquanto ainda se não encontram notas de Banco nos caixotes de lixo. Dizem também que se assemelha ao oxigénio. Sem ele a vida é impossível. Por isso se afirma que um indivíduo vive a balões de oxigénio quando se vai aguentando à custa de 100\$00 cravados aqui, 50\$00 cravados além... Mais acertadamente, Sa-

lomão deixou escrito que o dinheiro não dá felicidade a ninguém. Ele poderia prová-lo por experiência. Mas a maioria das pessoas não acredita nas experiências alheias.

Reforma Agrária

«A lenta transformação que todo o sistema de exploração da terra exige tem que assentar na lei, na vontade do povo, na necessidade de produzir melhor, na exigência dumha relação mais justa, numa revolta exacta e criadora. Mas não se coaduna com bandos de assaltantes incrivelmente comandados por capitães, numa pura actuação de destruição social, a fomentarem a revolta, a indignação e o regresso de todas as formas exageradas de exploração humana».

F. S. T.

PENSAMENTOS

«O bom senso sem a instrução é mil vezes preferível à instrução sem o bom senso».

Ingersoll

«O que deve ser feito, merece a pena ser bem feito». (Ellen White)

«Há que distinguir entre saber e julgar saber. Saber, é ciência; julgar saber, é ignorância».

Hipócrates

«A verdade é sempre melhor que a falsidade, a honestidade melhor que a política e a coragem melhor que a covardia».

A. de Sousa

A REVOLUÇÃO

«Uma Revolução é um acto de justiça ou não é nada. Digamos mesmo que Revolução é exigência, realização e forma de justiça. E a medida exacta desse acto é dessa forma da justiça, ser-lhe-á dada pela sua verdade, pela sua consciência, pela sua exactidão na criação e cumprimento da nova lei, da nova relação do homem com a vida».

F. S. T.

O DESPORTO

A saúde do corpo é indispensável a todos os atletas, mas nenhum atleta será completo, se não cuidar da saúde da alma.

Moral e desporto vivem de mãos dadas.

Todo o atleta, deve cuidar: primeiro da saúde do espírito e, depois, da força física.

Um atleta pobre de moral será sempre um atleta falhado.

Onde não existir moral seguramente não existirá desporto.

FERNANDO PEYROTEO

Em condições de fraca iluminação a zona de fixação do seu aparelho visual é muito menos sensível que a zona periférica.

Mantenha os seus olhos em permanente movimento e terá mais probabilidades de se aperceber dos obstáculos existentes no seu caminho.

GRÁFICA LOULETANA

-)(-

EXECUÇÃO
DE TODOS
OS IMPRESSOS

-)(-

TELEFONE 62536
LOULÉ

QUEM MANEJA OS «cordelinhos»?

(Continuação da pág. 1)

que o homem é senhor de si próprio, construtor da sua personalidade. Sendo assim, é apenas indicio de má formação moral, quando se tenta culpar os outros de faltas que apenas dizem respeito a quem as praticou.

São estas palavras sugeridas por um comunicado dos trabalhadores da fábrica «Imperial», publicado na «Voz de Loulé», em que se repudia o aparecimento de uma folha de propaganda partidária, em que era utilizada a sigla daquela Empresa. Os trabalhadores não admitiram — e muito bem — que alguém (por mais marxista-leninista que se diga) ma- nejasse os «cordelinhos» nas suas costas. Honra à consciência dos trabalhadores da «Imperial».

Num tempo em que a liberdade é o assunto mais discutido sob todos os aspectos, tomemos a liberdade de escolhermos uma responsabilização individual e colectiva consciente, para benefício dumha sociedade que temos o dever de ajudar a melhorar. Daí, naturalmente, a necessidade urgente que temos em desmascarar todos aqueles que se escondem sob a capa do anonimato, e que não têm a coragem de assumir uma posição pública, para debate de questões que, aqui e agora, dizem respeito a todos nós — pois já é tempo de acabar com os «cordelinhos» que só servem aqueles que medram à sombra da ignorância e do silêncio.

NOVOS PREÇOS DE GARANTIA PARA O AZEITE

Seguiu para o «Diário do Governo» legislação referente à comercialização do azeite e dos óleos directamente comestíveis e foram fixados, por despacho ministerial conjunto dos sectores governativos do Comércio Interno e das Finanças os novos preços de garantia do primeiro daqueles produtos.

Precisamente no que respeita aos preços de garantia para o azeite, uma nota oficiosa distribuída aos órgãos de comunicação social informa que será concedido o aval do Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos aos créditos bancários obtidos para a colheita

de azeite pelas cooperativas e outras associações de agricultores legalmente constituídas, pelas herdades colectivas e pelos olivicultores individuais, com base na valorização de 4\$00/kg. de azeitona recebida ou escolhida na média dos dois últimos anos. O prazo do aval não poderá exceder 90 dias e o limite do seu montante global é de 40 mil contos.

O citado instituto adquirirá o azeite virgem, com acidez até 4 graus, que a produção lhe ofereça para venda até 30 de Junho deste ano sendo os preços de garantia os da tabela e escala seguintes:

Preços por garantia, por litro de azeite, colocado em bidões do I.A.P.O. na estação de caminho de ferro mais próxima do armazém do produtor: 0,5 graus — 53\$50; 1,0 — 51\$00; 1,5 — 50\$00; 2,0 — 49\$25; 3,0 — 48\$25; 4,0 — 47\$25.

Escala de diferenciais em função da acidez, indicando-se os intervalos em graus e, em escudos, o acréscimo ou decréscimo de valor por décimo de acidez a partir de 0,5 até 4 graus: de 0,5 a 1,0 — \$40; de 1,0 a 1,5 — \$30; de 1,5 a 2,0 — \$15; de 2,0 a 4,0 — \$10.

A compra do azeite obedecerá ao seguinte critério: cooperativas e outras associações de produtores legalmente constituídos, herdades colectivas e pequenos e médios olivicultores individuais sem prejuízo da colaboração das comissões liquidatárias dos ex-Grémio da Lavoura, das ligas de pequenos e médios agricultores e dos serviços do Ministério da Agricultura e Pescas, as quais caberá também definir os limites máximos do azeite a adquirir.

O instituto poderá requisitar armazenagem para a recolha do azeite.

SEÇÃO DE FARO

DO L. N. E. C.

ESTUDOU O CONTROLE DO BETÃO NO ESTALEIRO

A secção de Faro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil promoveu há dias duas sessões de estudo sobre «o controle do betão no estaleiro», em que estiveram presentes, além do engº Sousa Coutinho, chefe do serviço de material de construção daquele Laboratório, muitos engenheiros e técnicos interessados na compra, fabrico e utilização do betão no estaleiro. Temas das sessões: definição e maneira de obter o valor da tensão de rotura característica de um betão e processos a seguir no estaleiro para a colheita de amostras, fabricação de provetas, conservação e ensaios.

NO ALGARVE

«Proteger a Natureza» será sinónimo de fome?

Foi recentemente criado o Núcleo Distrital de Faro da Liga Para Protecção da Natureza, cuja finalidade será, genericamente, «proteger a natureza» na província algarvia. Em princípio, não poderemos deixar de estar de acordo com a criação deste «Núcleo», pois também nós achamos que, sim senhor, é urgente e necessário defender a natureza dos ataques dos seus inimigos. Problemas como a poluição urbana e a disseminação de epidemias através do consumo de moluscos; a degradação arqueológica do Algarve; o barulho e a vida, etc. — são na verdade, ou deverão ser, preocupação de todas as pessoas conscientes.

Mas vejamos. Uma coisa e pretender defender a natureza e outra bem diferente é fazer demagogia. E é assim que nós ficamos admirados ao lermos o texto apenso ao relatório da segunda reunião daquele «Núcleo», realizada em 12 de Novembro do ano passado. Aí se diz, falando concretamente do Algarve, e sob o título «Socialismo e Protecção da Natureza», além de algumas coisas acertadas, o seguinte: «Quantas matas e hortas que podiam

dar bem-estar e alimentação a todos nós não foram ocupadas por loteamentos para férias (muitos dos quais não chegaram a ser iniciados), mas levaram sim a que a mata fosse derrubada ou criminosamente queimada para dar assim origem a solos «urbanizáveis»?

Ora, o Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, onde aquele «Núcleo» tem a sua sede provisória, conhece perfeitamente qual foi, é e terá de ser, a importância da indústria turística para a economia regional. Não se comprehende, pois, que o «Núcleo de Protecção da Natureza» acuse os «loteamentos para férias» de terem cometido tão nefandos crimes, ainda por cima sem apontar casos concretos. Na verdade, esses loteamentos, se obrigaram a que algumas árvores fossem arrancadas (na maioria pinheiros), provocaram a plantação de outras árvores que tiveram o condão não só de embelezar a paisagem (veja-se o caso do Vale do Lobo), mas sobretudo de originar um «habitat natural» estupendo para uma indústria que poderia (e poderá) ser um factor de de-

senvolvimento regional sem par.

Os «loteamentos para férias» não destruíram nem matas nem hortas. Já o mesmo não está a acontecer com a desprezada zona do barrocal e com a deserta serra algarvia, que não merecem àquele «Núcleo» o mínimo de atenção. Ora de «Núcleos» que só vêm para um lado estamos nós já cansados. A realidade algarvia impõe-se por si própria, para quem quer ver, com os dois olhos abertos. E a verdade é que este «Núcleo de Faro da Liga Para a Protecção da Natureza» começa muito mal, segundo nossa opinião. A não ser que «proteger a natureza» signifique tornar esta intocável, em nome não se sabe de quê. Mas então será a fome, o atraso e a continuação do nosso subdesenvolvimento. Ou não será assim, senhores do «Núcleo»?

Luis do Carmo

O Natal na Agência de Faro do Banco do Alentejo

Por iniciativa dum grupo de funcionários do Banco do Alentejo, realizou-se no dia 20, na Agência de Faro, uma festa de confraternização que teve por principal objectivo proporcionar momentos de incontida alegria aos filhos dos empregados, os quais tiveram a sua autêntica Festa de Natal... porque lhes foram oferecidos brinquedos e proporcionada a oportunidade de assistirem a um excelente espectáculo de variedades próprio para as suas idades.

De salientar que todas as despesas desta festa foram pagas pelo pessoal do Banco, ao contrário do que acontecia anteriormente em que a autonomia dos administradores permitia o envio de prendas para os bancários

e seus filhos festejarem o seu Natal.

Contudo, a magnífica colaboração que todos prestaram a esta festa foi exemplo reconfortante do espírito de equipa entre os bancários daquela agência.

Oxalá muitas festas idênticas se tivessem realizado em muitas empresas deste país onde a política provocou dramáticos conflitos e divisionismos estéreis.

Talvez que este Natal tenha sido um bálsamo e um pretexto para uma reconciliação entre os portugueses que tão desavindos têm andado.

Impõe-se, cada vez mais, que se crie uma Amizade de Amizade Portugal/Portugueses, para que o ódio seja saneado da nossa convivência.

A GERÊNCIA DE

LOULEPÃO

PRODUTOS ALIMENTARES, LDA.

Agradece aos seus prezados clientes a preferência com que distinguiram esta firma no decorrer de 1975 e desejar-lhes um Novo Ano repleto de venturas.

Sede e Fábrica: Rua Azevedo e Silva

Telefone 62019

LOULE

«O Sr. não tem nada com a minha vida...»

O breve episódio que vamos contar passou-se em Loulé — mais exactamente junto da estação da EVA — e pode ilustrar com perfeição um dos grandes males com que se vinha debatendo (e com que ainda se debate, embora pareça que se começa a ter um pouco mais de «cabeca») a sociedade portuguesa: a falta de autoridade e de disciplina.

O «quadro» resume-se em breves linhas: um indivíduo, cuja identidade desconhecemos, explorava na via pública o famigerado jogo da «gaitinha», rodeado pela clientela da praxe; um guarda da PSP, no cumprimento das suas funções, dirigiu-se aos participantes na «jogatana» e comunicou-lhes que aquele jogo é proibido, para além do mais em plena rua, e que tinham de acabar imediatamente com «aquilo». Até aqui, tudo certo. Porém, o dono do «negócio» não esteve pelos ajustes, e começou a «mandar vir», como se costuma dizer, vociferando para o agente da autoridade, repetindo, além doutros

«mimos», a frase: «deixe-me da mão, o sr. não tem nada a ver com a minha vida...»

Assim, só com muita dificuldade o guarda conseguiu que a sua ordem fosse cumprida.

É mais do que evidente, para quem não quer confundir as coisas, que, enquanto houver ladrões, assassinos, praticantes de jogos ilícitos e outros que tais, os agentes da autoridade terão sempre «a ver com a vida» dos não cumpridores da lei. Mas, sobretudo nos últimos meses, tem havido por aí muitos «senhores» que confundem autoridade com repressão — e vai daí, tudo lhes serve para protestar, para ofender, para destruir.

Moral da história: é preciso que estes «cavalheiros» metam na «tola» que liberdade não significa desordem, falta de respeito pelos outros, desprezo pela autoridade; pelo contrário, liberdade é o oposto da anarquia, da indisciplina, da falta de senso moral e cívico. Numa sociedade que se quer livre e progressiva têm de ser respeitadas as regras de conduta social, para que as relações entre as pessoas sejam correctas e saudáveis. Daí a necessidade dos cidadãos se auto-disciplinarem, de se respeitar a autoridade, de se trabalhar mais e de se perder menos tempo em «gaitas e gaitinhas»...

F. T.

VENDE-SE

Betoneira, com capacidade de 350 l. Motor eléctrico e guincho Beta. 500 kg com cavalete.

Nesta redacção se informa.

Mercado Amazona abre nova loja em Lagos

Em amplo armazém localizado na Avenida Marginal, abriu há dias ao público de Lagos a Loja n.º 9 do Mercado Amazona.

Pela amplitude das instalações e pelo fornecimento que recheia as suas estantes, este moderno estabelecimento deve poder ser considerado o melhor do seu género no Algarve.

O público de Lagos e muito especialmente os milhares de turistas que procuram aquela bela cidade como estância de repouso, têm agora nas 3 Lojas Amazona daquela cidade, as condições quase ideais para satisfação das suas necessidades alimentares.

É de enaltecer, agora, a cora-

gem daqueles que, apesar de tantas contrariedades, não marcaram passo durante os últimos 20 meses em que este país esteve mergulhado num encapelado mar de hesitações e angústias.

É que, apesar de tantas dificuldades e perigos que foi preciso enfrentar, os proprietários dos Mercados Amazonas sempre se esforçaram por conseguir pôr à disposição dos seus, cada vez mais numerosos clientes, os produtos que escasseiam no mercado.

E nem sequer desistiram de criar novos postos de trabalho... enquanto tantas empresas eram forçadas a afundar-se e a fechar.

Mercados Amazonas progridem porque têm à sua frente homens dinâmicos e empreendedores e o país só terá a ganhar enquanto houver a livre iniciativa de espíritos lúcidos que estejam confiantes nas reservas inesgotáveis da força dominante da iniciativa privada.

Os nossos parabéns aos proprietários dos Mercados Amazona e os nossos votos de prosperidade.

A delegação de Faro do INATEL tem vindo a promover uma elevada movimentação desportiva no seio dos trabalhadores, na província algarvia. Essas manifestações desportivas, de varia índole, têm decorrido num clima de sã camaradagem e de franco entusiasmo.

Dando o exemplo, aquela Delegação do INATEL publicou há dias uma circular (n.º 91/75) em que realça a necessidade de disciplina também no campo do desporto: «A actividade desportiva em termos de competição deve ser encontro e convívio entre trabalhadores, estimulando unidade e nunca divisão. Cabe ao trabalhador, consciente do seu papel no acto desportivo, assumir a própria disciplina desportiva».

Mais diz aquela circular que o «adversário» e o «árbitro» são «trabalhadores indispensáveis ao acto desportivo» e, como tal, têm de ser tratados pelos seus companheiros.

Oxalá que todos os desportistas tirem o melhor aproveitamento das normas que a delegação de Faro do INATEL divulga e do desporto que vem promovendo.

DILIGÊNCIAS PARA A EFICIENTE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBOS

A distribuição de adubos ao País sofreu, nos últimos meses, de diversas limitações, com particular realce para os problemas de transportes.

Durante o 2.º semestre da campanha de 1975/76, são de prever alguns problemas de abastecimento, a partir do início do ano corrente, principalmente ao Norte do Tejo.

Entretanto, a entrada em vigor do decreto-lei n.º 606/75, de 8 de Novembro, deve permitir o desbloqueamento da situação.

Assim, o Ministério do Comércio Interno apela para todas as Comissões Liquidatárias e comerciantes, no sentido de fazerem, com toda a antecedência, as suas encomendas, com vista a evitar qualquer ruptura temporária no abastecimento de adubos.

Mais se informa que quaisquer anomalias verificadas no abastecimento de adubos deverão ser comunicadas para a Direcção-Geral do Comércio Interno, rua Alexandre Herculano, 6, 3.º, Lisboa.